



Relato de experiência Externo - ação/projeto de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19)

Assessoria técnica na pandemia e as dificuldades da atuação remota: o exemplo do GEPHIS em São João del-Rei/MG

Bianca M. T. Fonseca; Lívia R. A. Muchinelli; Lucas F. de Andrade;
Rafael L. Bebiano, Sarah de P. Basilio

Instituição: Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) *Campus* Tancredo Neves

Palavras-chave: Assessoria Técnica; Arquitetura e Urbanismo; Pandemia; Atuação Remota

Introdução

Este trabalho busca descrever, brevemente, como tem sido a experiência do GEPHIS - Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), que tem objetivo de atuar com a Lei de Assistência Técnica Gratuita para Habitação de Interesse Social (LATHIS: 11.888/08), durante a pandemia e seus principais desafios.

Antes de chegar ao locus dessa atuação, é importante compreender as configurações socioespaciais da cidade contemporânea e que o sistema capitalista modificou o espaço urbano para sua própria manutenção. Como preconiza Lefèvbre (2006), com a industrialização, o espaço da cidade é caracterizado como produto, e o espaço público é construído a partir de uma lógica de privatização da vida urbana e centralidade das oportunidades. A formação das cidades vai refletir, portanto, a tendência à segregação e exclusão, pois a prioridade é o desenvolvimento do Capital e acumulação.

No Brasil, desde a colonização, viu-se essa segregação à medida que a população tida como minoria, pobres e negros, historicamente foi mantida à margem do desenvolvimento social. Com a expansão das nossas cidades em meados do século XX, emergem sérias questões habitacionais, resultado do planejamento deficiente e da ineficácia (planejada) das políticas públicas. Embora se tenha instrumentos que podem legitimar transformações urbanas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, como o capítulo de política urbana da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001, a realidade é antagônica: espaços de produção e reprodução da segregação espacial, da divisão social do trabalho e consequentemente da luta de classes.

Como alternativa de ocupar e sobreviver na cidade capitalista a população sem acesso ao mercado imobiliário "formal", constrói suas próprias habitações de forma autônoma e com poucos recursos. Como sintetiza Maricato (2011, p.39) no Brasil, "O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente".

A pandemia da Covid-19 escancarou as desigualdades da maioria das cidades brasileiras e mostrou como a falta de políticas públicas que pensem a realidade urbana dos municípios pode aumentar a disparidade social. A periferia, seja nos grandes, médios ou pequenos centros urbanos, sofre as consequências do contexto atual de forma mais intensa,

devido à maior vulnerabilidade de seus habitantes. A população periférica é a que mais precisa se arriscar para trabalhar, seja nas aglomerações do transporte público ou no próprio ambiente de trabalho, ao ter contato com muitas outras pessoas; além de já sofrer com as condições precárias de habitação, a falta de infraestrutura e as limitações de acesso ao sistema público de saúde. (FGV-CEPESP; TETO BRASIL, 2020).

Objetivos

A região do Senhor dos Montes em São João Del Rei, Minas Gerais, onde o GEPHIS atua, replica o cenário nacional, ainda que em menor escala; seu território é marcado por deficiências de infraestrutura e habitações autoconstruídas. E, analisando os dados municipais da pandemia (Imagem 1), chama atenção a taxa de mortalidade elevada no local, em relação ao número de casos confirmados. Enquanto bairros mais infra estruturados como Centro e Fábricas, tiveram, respectivamente, 1,70% e 1,86%, o Senhor dos Montes registrou uma taxa de 4,61%, quase três vezes maior - o que demonstra como a pandemia atinge áreas periféricas de forma mais severa. (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 2021).

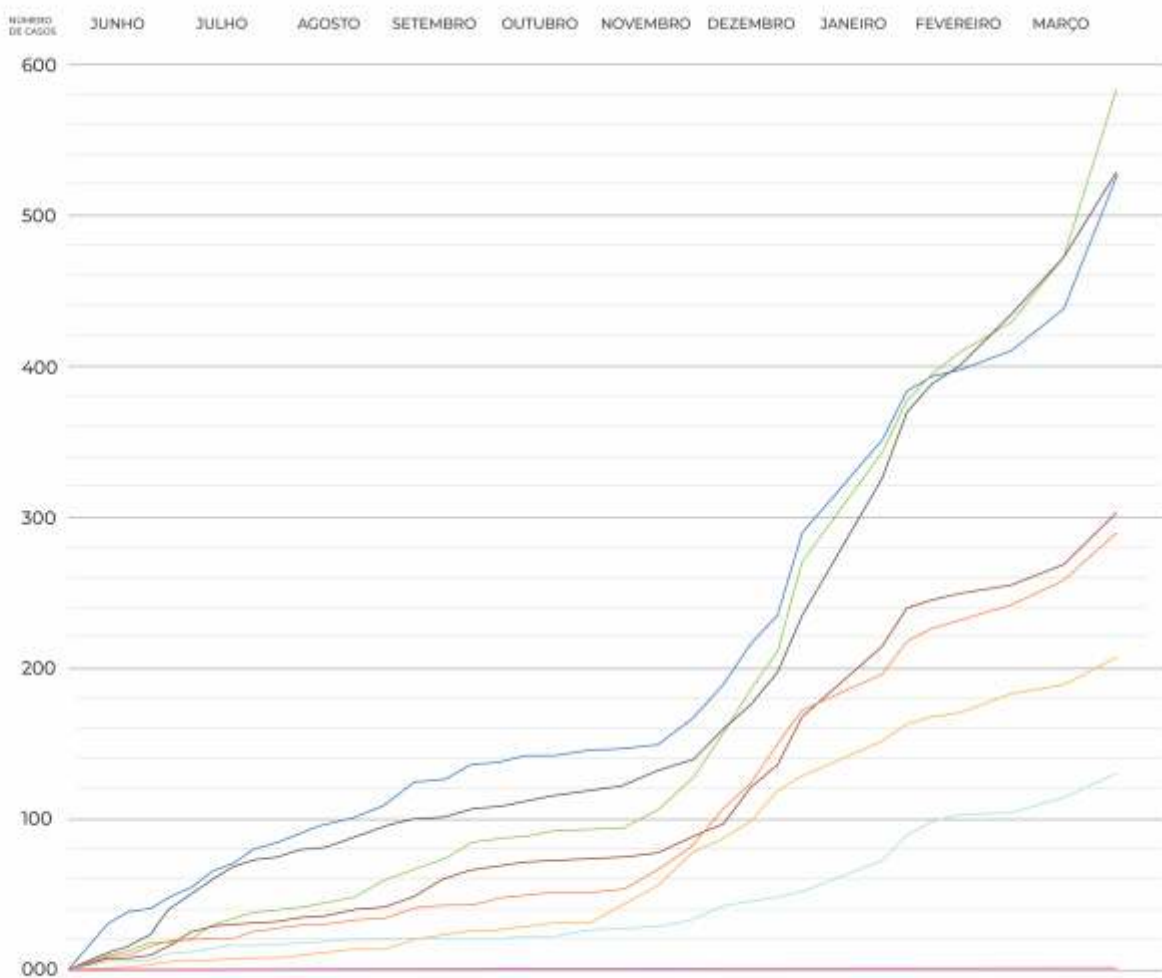
O cenário mais frequente é a ausência de políticas públicas e intervenção em áreas mais vulneráveis da cidade, mas isso não significa que não existam ações acontecendo na periferia. Toda a negligência do poder público com essa população, fez com que fossem criados meios de articulação dentro das próprias comunidades, como forma de enfrentamento à pandemia. De acordo com Simão (2020) "existe um urbanismo militante em coletivos culturais, ONGs, movimentos de mulheres, de jovens, de lideranças comunitárias que se tornaram importantes interlocutores para qualquer ação positiva em seus territórios".

Alguns exemplos são Paraisópolis, estado de São Paulo, onde as máscaras distribuídas na comunidade foram feitas por costureiras locais no projeto Costurando Sonhos; e se criaram comitês populares, responsáveis por contratar ambulâncias e profissionais de saúde para atender a comunidade, visto que o serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU) não assiste a área (Rede Brasil Atual, 2020). No Complexo do Alemão, no Rio Janeiro, foi criado um "gabinete de crise", de modo a articular a comunidade a trazer atenção sobre a doença, distribuir cestas básicas e água, além de inaugurar um polo de assistência de saúde, em parceria com a Fundação Oswaldo



Análise dos dados -
Pandemia de coronavírus
em São João Del Rei / MG

BAIRRO	NÚMERO DE CASOS	NÚMERO DE MORTES	TAXA DE MORTALIDADE
COBRE	291	05	1,71%
NOVAZINHO NORTE	129	06	4,65%
FABRICAL	208	03	1,44%
COLÔNIA DO MARACÁ	527	04	0,75%
ARACIÓPOLIS	582	15	2,57%
SANTANA CENTRAL	01	00	0,0%
BOQUEIRÃO	303	05	1,65%
IBIRÁ	527	12	2,27%



Dados Coletados de 07/06/2020 a 31/03/2021. Autores: Bianca M.T. Fonseca, Livia R.A. Mochlinelli, Lucas P. de Andrade, Rafael L. Sebbiano, Sarah de F. Bastos. Fonte: BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus em SJDRE.

Cruz (Fiocruz), para testar em massa e atender casos de contaminação por coronavírus (OXFAM BRASIL, 2020). E, no Maranhão, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ministraram cursos de formação de agentes populares de saúde, para que mais pessoas pudessem aprender e orientar suas comunidades, diante da falta de políticas públicas direcionadas para elas (CASTRO, 2020).

Com a suspensão das atividades presenciais da UFSJ, em março de 2020, o principal objetivo do GEPHIS passou a ser tentar realizar suas atividades remotamente, de modo a manter o contato com a população atendida e, então, tentar colaborar no enfrentamento da pandemia.

Métodos

O primeiro passo foi criar um grupo no *Whatsapp*, ao qual foram adicionados os clientes; e com uma consulta a eles sobre acesso à internet, tentou adaptar sua proposta de trabalho para o ano. Decidimos pelo compartilhamento de materiais informativos e, mais tarde, iniciamos uma série de postagens, em nossas redes sociais, voltadas à importância da saúde na habitação. O Escritório também foi procurado para atuar em ações de solidariedade (projeto de espaços, mapeamento e coleta de alimentos) por grupos internos e externos à comunidade acadêmica, e também de indivíduos do próprio bairro. Por meio disso se percebeu o destaque de algumas

lideranças, mas, ao mesmo tempo, a falta de iniciativas do poder público municipal na região.

Em setembro, as aulas voltaram *on-line* e novas demandas continuavam chegando. Realizamos alguns levantamentos *in locu*; mas o trabalho à distância apresenta muitos empecilhos - tanto na extensão, quanto na pesquisa - pois, no nosso caso, a atuação no local é fundamental. Com nossos parceiros de trabalho conseguimos nos reunir pela internet; porém, as ações de postagens não atingem o público alvo diretamente, a comunicação via mídias sociais não nos dá muito retorno dos clientes, nem conseguimos, nesse período, maior articulação com os líderes comunitários.

Em paralelo, bolamos uma campanha de arrecadação de materiais de construção para as famílias; em dezembro, conseguimos algumas doações e até realizamos um mutirão - seguindo todas as medidas de segurança. Ainda nesse mês, assessoramos uma moradora em uma questão urbana junto à prefeitura e, apesar de enfrentar muita dificuldade de comunicação com aquele órgão, o problema foi solucionado.

Resultados

Estas dificuldades de atuação remota nos fizeram conceber uma proposta para 2021 voltada a oficinas presenciais; com o início do 2º semestre remoto emergencial, a 1ª delas ocorreu, entretanto, sem muita adesão - graças à já conhecida limitação da mobilização pela internet e por ser



período de chuva. Além disso, a pandemia está se intensificando e nosso trabalho presencial ficando mais arriscado - apesar de nossa atuação se enquadrar como enfrentamento da Covid.

Decidimos dar uma pausa, seguindo o decreto da 'onda roxa' no estado. Mas podemos tirar algumas conclusões com esse relato: a quase impossibilidade de atuar remotamente com as famílias, devido aos obstáculos da comunicação e à falta de uma maior articulação interna dos moradores daquela região, e, da mesma forma, um distanciamento dos órgãos públicos municipais para lidar com os problemas da região, que já existiam antes da Covid-19.

"A comunicação pelo Whatsapp foi suficiente, mas as pessoas precisam que alguns assuntos sejam tratados pessoalmente (sic)".

*Sr. Rômulo
Pedreiro, morador do bairro*

REFERÊNCIAS

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus em SJDR. São João Del Rei. Boletim 31 março de 2021. Disponível em: http://covid.saojoaodelrei.mg.gov.br/noticias_relacionadas/226. Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. Lei de Assistência Técnica Gratuita para Habitação de Interesse Social (LATHIS) - 11888/2008.

BRASIL. Lei n 10.257 de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASTRO, Mariana. Na falta de políticas públicas, MST treina agentes de saúde para atender comunidades. Brasil de Fato. Imperatriz (MA), 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/21/na-falta-de-politicas-publicas-mst-treina-agentes-de-saude-para-atender-comunidades> Acesso em: 02 abr. 2021.

FGV-CEPESP; TETO BRASIL. Covid-19: Dificuldades e superações nas favelas. São Paulo. 2020.

LEFEVBRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo, Centauro, 2006

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 4ª ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2011.

PORTAL OXFAM BRASIL. Ausência do poder público obriga periferia a tomar iniciativas de combate ao Coronavírus. 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/ausencia-poder-publico-obriga-periferia-tomar-iniciativas-contracoronavirus/> Acesso em: 02 abr. 2021.

REDE BRASIL ATUAL. Do outro lado da crise, favelas 'se viram' para suprir ausência do Estado. 25 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/crise-moradores-de-favela-criam-alternativas-ausencia-do-estado/> Acesso em: 02 abr. 2021.

SIMÃO, M. P. Como as favelas nos ajudam a pensar a cidade após a pandemia do coronavírus?. Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ), v.16, n.1, p. 50-62, maio 2020.